



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



JOÃO GUILHERME SILVA XAVIER

**INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA: USO DA FORÇA E DEFESA PESSOAL NO
TREINAMENTO POLICIAL MILITAR**

GOIÂNIA-GO

2024

JOÃO GUILHERME SILVA XAVIER

**INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA: USO DA FORÇA E DEFESA PESSOAL NO
TREINAMENTO POLICIAL MILITAR**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Professor Cleber Carvalho Rodrigues.

GOIÂNIA-GO

2024

USO DA FORÇA E DEFESA PESSOAL NO TREINAMENTO POLICIAL MILITAR

USE OF FORCE AND PERSONAL DEFENSE IN MILITARY POLICE TRAINING

João Guilherme Silva Xavier¹

Cleber Carvalho Rodrigues²

Resumo

Este artigo trata do uso da força e da defesa pessoal no treinamento policial militar e sua importância para a prática policial. O objetivo foi compreender de que forma o conhecimento sobre o uso da força pelo policial militar pode auxiliar em suas funções, visto que o conhecimento adequado sobre as estratégias equilibra a eficiência operacional, preservando direitos e valores éticos. Além disso, o estudo foi dirigido no sentido de aferir se os policiais compreendem a importância de possuírem um preparo físico adequado e conhecimentos de técnicas de defesa pessoal, que podem lhes auxiliar em várias situações. Para isso, além do conhecimento inserido através de pesquisas bibliográficas (livros, revistas, artigos científicos etc.), foi realizada uma pesquisa entre os policiais militares para obter informações acerca de suas preparações físicas e conhecimentos técnicos de defesa pessoal, bem como suas percepções sobre a importância desse preparo. Concluiu-se que o treinamento contínuo do uso da força é essencial para a atuação policial e sua falta pode acarretar em consequências indesejáveis, principalmente no que tange à segurança pessoal do policial e a consecução de suas tarefas básicas.

Palavras-chave: Uso da força; Preparo físico; Defesa Pessoal; Treinamento militar.

Abstract

This article addresses the use of force and personal defense in military police training and its importance for police practice. The aim was to understand how knowledge about the use of force by military police officers can assist them in their duties, as adequate knowledge of strategies balances operational efficiency while preserving rights and ethical values. Additionally, the study aimed to assess whether police officers understand the importance of having adequate physical fitness and knowledge of personal defense techniques, which can assist them in various situations. To achieve this, besides the knowledge obtained through bibliographic research (books, magazines, scientific articles, etc.), a survey was conducted among military police officers to gather information about their physical preparations and technical knowledge of personal defense, as well as their perceptions of the importance of this preparation. It was concluded that continuous training in the use of force is essential for police work and its absence can lead to undesirable consequences, especially concerning the personal safety of the officer and the accomplishment of their basic tasks.

Keywords: Use of force; Physical fitness; Personal defense; Military training.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: joaogui12443@gmail.com. Telefone: (62) 98504-2944.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Cálculo Trabalhista e Especialista em Docência. Email: cleber_carvalho09@hotmail.com. Telefone: (62) 98435-6250

1 INTRODUÇÃO

O policial militar, de acordo com Amâncio e França (2021), tem a responsabilidade de executar tarefas específicas no âmbito da segurança pública. Sua principal incumbência consiste em preservar a ordem pública por meio do policiamento ostensivo. Desse modo, o policial militar está sempre nas ruas realizando abordagem, fazendo patrulha de viatura ou a pé, atuando em eventos e outras diversas situações, nas quais terá que avaliar o risco para empregar o uso da força adequado, podendo variar de uma verbalização à um uso da força letal nos casos mais graves.

Durante o exercício do policiamento militar, em inúmeras situações se faz necessário o uso da força. Tais procedimentos de uso da força são fundamentados legalmente no Procedimento Operacional Padrão 109 (POP 109). Esses procedimentos são ministrados nos treinamentos policiais militares a partir de conhecimento teórico e prático. O propósito é capacitar o profissional para ajustar o emprego da força conforme cada situação, promovendo, dessa forma, o uso adequado da força para conter a ameaça específica presente naquela circunstância. Neste contexto, a defesa pessoal se encaixa como um meio de uso seletivo da força em situações que exijam que o policial tenha que imobilizar o infrator da lei para prosseguir com o algemamento, ou até mesmo em casos de o policial militar vir a entrar em luta corporal ou necessite fazer a retenção da sua arma em casos de tentativa de arrebatamento.

Apesar de ser regulado e previsto pela legislação brasileira, o uso da força por parte da polícia militar recebe muitas críticas e questionamentos da sociedade. Neste contexto, busca-se fazer a seguinte pergunta: Quando é necessário realizar a contenção de um infrator da lei, como o policial age nessas situações? De que modo o policial avalia a situação para saber qual grau de uso da força deverá usar? E nos casos em que é necessário imobilizar o indivíduo, o policial tem conhecimento das técnicas e meios necessários para prosseguir com a ação?

Para fundamentar esse questionamento, foi feita uma pesquisa em elementos teóricos que abordam diretamente sobre o assunto. Para isso, foram utilizados artigos, periódicos, livros e o próprio procedimento operacional padrão (POP).

Para fins metodológicos, inicialmente foram abordados os conceitos de treinamento dentro e fora do ambiente policial militar, as organizações responsáveis e os seus dispositivos legais. Em seguida foi realizada uma pesquisa sobre os conceitos, códigos de conduta, princípios e níveis do uso seletivo da força. Além de apresentar as instruções da disciplina Uso Diferenciado da Força aplicado nos cursos de formação policial, com base na Matriz Nacional Curricular. Além disso, sobre o treinamento de defesa pessoal irá ser avaliado o que é ensinado

nos treinamentos, se a carga horária é necessária para o aprendizado das técnicas, e a importância do treinamento contínuo para aprimoramento das técnicas de defesa pessoal. Em seguida, fez-se a análise e discussão com os pontos de vista dos entrevistados cujas respostas foram confrontadas com o que é previsto no texto legal.

O seguinte artigo é de suma importância para a Polícia Militar do Estado de Goiás, uma vez que o policial se depara com diversos tipos de situações em suas abordagens e várias vezes precisa fazer uso da força de maneira que cesse a agressão sem que seja excessiva e nem que não saiba como agir perante certas situações, técnica essa que exige treinamento e conhecimento para não ferir os direitos fundamentais de quem está sendo abordado ou para que sua ação não seja ineficiente e o policial acaba se tornando uma vítima.

O objetivo do artigo é mostrar a grande necessidade do policial saber qual procedimento deve adotar diante a respectiva situação, e também demonstrar a importância do conhecimento de técnicas de defesa pessoal e seu ensinamento de maneira contínua durante o treinamento policial militar e toda sua carreira, para que sempre saiba como atuar durante as situações que exigirem um maior conhecimento técnico de habilidades de defesa pessoal para que contenha o infrator da lei de maneira eficaz e rápida.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 ASPECTOS DO TREINAMENTO POLICIAL MILITAR

O treinamento é um processo educacional direcionado para o curto prazo, aplicado de maneira sistemática e organizada. Por meio desse processo, as pessoas adquirem conhecimentos, habilidades e competências de acordo com objetivos definidos. Ele abrange a transmissão de conhecimentos específicos relacionados ao trabalho, além de atitudes em relação a diferentes aspectos da organização, da tarefa e do ambiente. O treinamento pode incluir o desenvolvimento de habilidades e competências, e é relevante para qualquer tarefa, independentemente de sua complexidade (Chiavenato, 2009, p. 389).

No contexto do treinamento policial militar, Souza (2003) ressalta que esse ensino tem como objetivo desenvolver habilidades como: capacidade de se ajustar a diversas situações necessárias para desempenhar as funções atribuídas ao policial durante sua carreira profissional; autocontrole; agilidade na tomada de decisões; capacidade de raciocínio; destreza no manuseio do armamento; Entre outros elementos cruciais para garantir que o policial esteja apto tecnicamente, fisicamente e psicologicamente a proteger o cidadão.

No Brasil, até 1983, as Forças Armadas desempenharam o papel de responsáveis pelo treinamento na polícia militar. Posteriormente, de 1983 a 1990, essa função foi assumida pela Inspeção Geral das Polícias Militares. A partir de 1990, o encargo passou para o Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro (Souza, 2003, p. 53-54).

Considerando as atividades específicas desempenhadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) e sua natureza como instituição militar, destaca-se a Portaria 13.313/20. Essa portaria é responsável por regular o treinamento policial militar no estado de Goiás, tem como finalidade estabelecer parâmetros para o planejamento e execução do ensino profissional na instituição. O documento, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e Bases Curriculares do Ministério da Justiça e Segurança Pública, orienta a formação dos profissionais da área de Segurança Pública, garantindo alinhamento com as normativas educacionais nacionais. Dessa forma, a PMGO, por meio de sua legislação específica e da portaria de treinamento, busca assegurar que seus profissionais sejam devidamente preparados, respeitando padrões legais e educacionais estabelecidos, para desempenhar suas funções com eficiência e em conformidade com os princípios da ordem pública e da segurança (Goiás, 2020).

Um dos principais instrumentos utilizados durante o treinamento policial militar é o Procedimento Operacional Padrão (POP). Ele desempenha um papel importante na padronização do comportamento do policial militar durante as interações com o público, sendo possível promover uma gestão eficaz e controlada pela instituição. Além de assegurar os direitos civis e sociais dos cidadãos, a conformidade com o POP melhora a segurança dos policiais militares durante as abordagens, que são situações de grande risco naquele momento. Nesse contexto, esse instrumento possibilita a avaliação da assimilação do novo conhecimento institucional pelos policiais, constituindo uma métrica de desempenho individual (PINC, 2009).

Entre os principais treinamentos citados no POP da PMGO, aqueles que têm como base o uso da força e defesa pessoal são: busca pessoal, uso de algema, uso seletivo da força (técnicas de submissão, uso de espargidor à base de *Oleoresin Capsicum* (OC), uso do dispositivo eletrônico de controle (DEC) e uso da força letal em casos de ameaça ou risco de vida iminente) (PMGO, 2023).

2.2 USO SELETIVO DA FORÇA

O conceito de "uso seletivo da força" ou “uso diferenciado da força” pode ser definido como uma doutrina destinada a regulamentar a aplicação da força pelo Estado, por intermédio dos órgãos de segurança pública. Esta doutrina envolve a avaliação que deve ser feita pelo policial em relação ao autor, buscando aplicar um nível de força proporcional à resposta oferecida pelo sujeito. Nesse contexto, o nível de força empregado pelo agente da lei durante uma ocorrência deve se basear exclusivamente na resposta dada pelo autor, visando assegurar uma abordagem adequada e proporcional à situação apresentada (Torres e Costa, 2022).

A aplicação da força pelos agentes de segurança pública deve estar em conformidade com documentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Entre esses documentos, destacam-se o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (1979), os Princípios orientadores para a Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (1989), os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (1999), e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1991) (Brasil, 2010).

De acordo com a Portaria Interministerial nº 4.226/2010 o uso da força policial é norteado por cinco princípios que tornam sua aplicação legítima: princípio da conveniência, que diz que em função do contexto a força não pode ser empregada, caso vá gerar danos maiores que o objeto legal pretendido; princípio da legalidade: os policiais militares só podem fazer uso da força na consecução de um objetivo legal e dentro do limite das leis; princípio da moderação: o uso da força deve ser moderado, visando sempre reduzir o emprego da força; princípio da necessidade: o uso de um nível de força maior, só poderá ser empregado quando os níveis inferiores não forem suficientes para atingir o resultado; princípio da proporcionalidade: o uso da força deve ser sempre proporcional ao nível da ameaça representada pela ação do indivíduo (Brasil, 2010).

O uso seletivo da força pode ser categorizado em cinco níveis: presença do policial uniformizado nas ruas (um nível no qual não há contato entre o agente policial e o cidadão abordado, apenas demonstração ostensiva de autoridade); verbalização (expressões de solicitações ou ordens dadas pelo policial); táticas defensivas desarmadas (existe contato entre o policial e o abordado, porém sem o uso de armamento); uso de armas menos letais (o emprego de armamento visa imobilizar e conduzir o abordado); uso da força letal (último recurso, utilizado em situações inevitáveis) (Torres e Costa, 2022).

As polícias militares do Brasil em sua maioria adotam o modelo de Federal Law Enforcement Training Center (FLETC) (1992), que foi desenvolvido nos Estados Unidos. Tal

modelo é formado por um gráfico com 5 degraus que possuem diferentes cores, sendo que cada uma representa um nível de resistência oferecida pelo suspeito e o nível de força que cada policial deverá utilizar em cada situação. Além disso, este modelo possui setas que indicam que pode haver uma evolução ou regressão do nível da força utilizado conforme a situação vai desenrolando (Torres e Costa, 2022).

A disciplina *Uso Diferenciado da Força* está prevista na Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. De acordo com essa matriz, essa disciplina, durante o treinamento, tem como objetivo ampliar conhecimentos para compreender os fundamentos legais, procedimentais e éticos relacionados ao uso da força; desenvolver e exercitar habilidades para aplicar adequadamente, de acordo com as situações propostas, o uso diferenciado da força; e fortalecer atitudes para priorizar a preservação da vida atuando de forma segura e de acordo com os princípios legais (Brasil, 2014).

A matriz ainda indica diferentes estratégias de ensino aprendizagem. São elas: exposição em sala de aula com apoio de recursos audiovisuais; exposição de materiais (armamentos, munições e equipamentos de menor potencial ofensivo); participação de alunos na exemplificação, no estudo de casos reais, na troca de experiências, nas discussões em grupo e prática reflexiva; demonstrações práticas do emprego do uso diferenciado da força; e exercícios práticos e simulados no emprego dos procedimentos do uso diferenciado da força (Brasil, 2014).

2.3 DEFESA PESSOAL

A defesa pessoal é um conjunto de técnicas corporais fundamentadas nas artes marciais, e servem para que o indivíduo saiba se proteger e cessar eventuais ataques de seus oponentes. Além disso, as artes marciais auxiliam no autocontrole, sendo o controle de instintos e sentimentos um dos objetivos na prática de artes marciais (Terroni, 2009).

A defesa pessoal no treinamento policial tem por objetivo garantir a defesa do policial ou de terceiros que estão sofrendo com ofensas físicas. É necessário que os membros que compõem a segurança pública tenham este conhecimento para garantir a devida proteção aos membros da sociedade. Diante disto, o treinamento policial de defesa pessoal possui em sua grade as aulas de posturas defensivas, quedas e rolamentos, esquivas, socos, chutes, defesas contra arma de fogo no momento do saque, processos de controle e condução de presos, técnicas de imobilização e outros. Tal disciplina é montada visando criar condições para que o policial saiba utilizar técnicas não letais, usar técnicas de defesa sem precisar da arma de fogo e

reconhecer que estas técnicas podem garantir a sua segurança física ou a de terceiros (Brasil, 2014).

A disciplina de defesa pessoal pode ajudar o policial em treinamento a desenvolver atributos cognitivos que vão lhe ajudar em sua rotina intensa. Uma vez que o policial está sempre buscando educação moral e disciplina intelectual para seu amadurecimento como profissional, além disso, auxiliar a desenvolver atributos atitudinais. Como exemplo, citam "a iniciativa, o equilíbrio emocional, a disciplina intelectual, a autoconfiança, a dedicação, e a persistência" (Filho e Moreira, 2018).

Existem diversos fatores importantes para que o policial tenha êxito em suas atividades de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. As técnicas de abordagem, condicionamento físico, defesa pessoal, tiro policial, entre outras técnicas, que juntos com a formação continuada em direitos humanos, aspectos legais afetos ao desempenho da atividade policial e também sua experiência e treinamento constante, são elementos que compõem o conjunto para que o policial se qualifique e tenha êxito na sua missão (PMPR, 2020).

O treinamento contínuo, além de aumentar a eficiência da aplicação tática e técnica, reduz os danos e letalidades durante uma operação e também pode contribuir com a melhoria na qualidade de vida do policial em diversos aspectos. Considerando que o policial está sempre sujeito a confronto, uma opção para melhorar a qualificação profissional do policial seria oferecer sessões de treinamento em horários alternativos durante as instruções, ou nas folgas ou antes da entrada em serviço. Desta forma, é possível que os policiais tenham acesso a atividade física e treinamento contínuo de defesa pessoal e aprimorem suas habilidades profissionais (Vaz e Lazarotto, 2023).

3 METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo aprimorar a atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás, concentrando-se especialmente na melhoria da qualidade, eficiência e evolução no uso seletivo da força e defesa pessoal. De forma específica, esse trabalho visa identificar a percepção dos alunos do Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM) de Goiás em relação à qualificação e suficiência dos treinamentos oferecidos durante o Curso de Formação de Praça e Curso de Formação de Oficiais.

Primeiramente, conduziu-se uma pesquisa bibliográfica, utilizando trabalhos acadêmicos, artigos científicos, livros, revistas científicas e doutrinas institucionais como instrumentos. O embasamento teórico permitiu uma análise aprofundada sobre o uso seletivo

da força e as técnicas de defesa pessoal na Polícia Militar, abordando também o conceito e as implicações no contexto do trabalho policial.

Posteriormente, conduziu-se uma pesquisa de campo com a participação dos alunos do Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM) localizada na cidade de Goiânia, Goiás. A população envolvida nesta pesquisa consiste em um total de 582 alunos, todos lotados no referido comando. A amostragem foi realizada considerando o número de alunos matriculados tanto no Curso de Formação de Praças (CFP) quanto no Curso de Formação de Oficiais (CFO).

A definição da amostragem pode ser caracterizada como uma amostra não aleatória acidental, uma vez que a seleção dos participantes foi determinada para além dos critérios mencionados, baseando-se no acesso a internet, disposição para participar e disponibilidade pessoal no momento da coleta de dados. Dessa maneira, entre as 15 turmas atuais da academia, foram alcançados 44 (quarenta e quatro) alunos.

Para tal, será aplicado um questionário quantitativo fechado, que, de acordo com Nogueira (2002) permite a aplicação direta de tratamentos estatísticos com auxílio de computadores e elimina a necessidade de se classificar respostas à posterior. Para elaborar o questionário, foi empregado o suporte da plataforma "Google Forms", a qual é um serviço que oferece armazenamento e sincronização de arquivos.

Ainda de acordo com Nogueira (2002), as primeiras perguntas devem apresentar temas de fácil resposta, com o objetivo de envolver o respondente. Dessa forma, as questões iniciais fizeram uma caracterização do aluno (sexo, idade e curso).

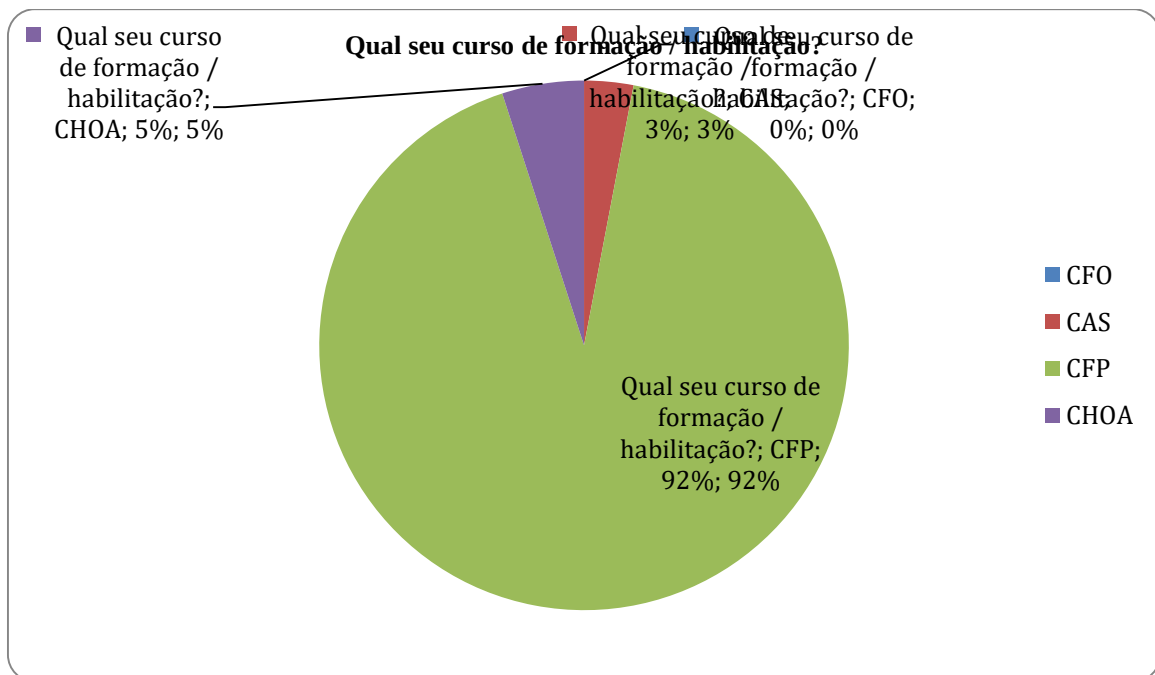
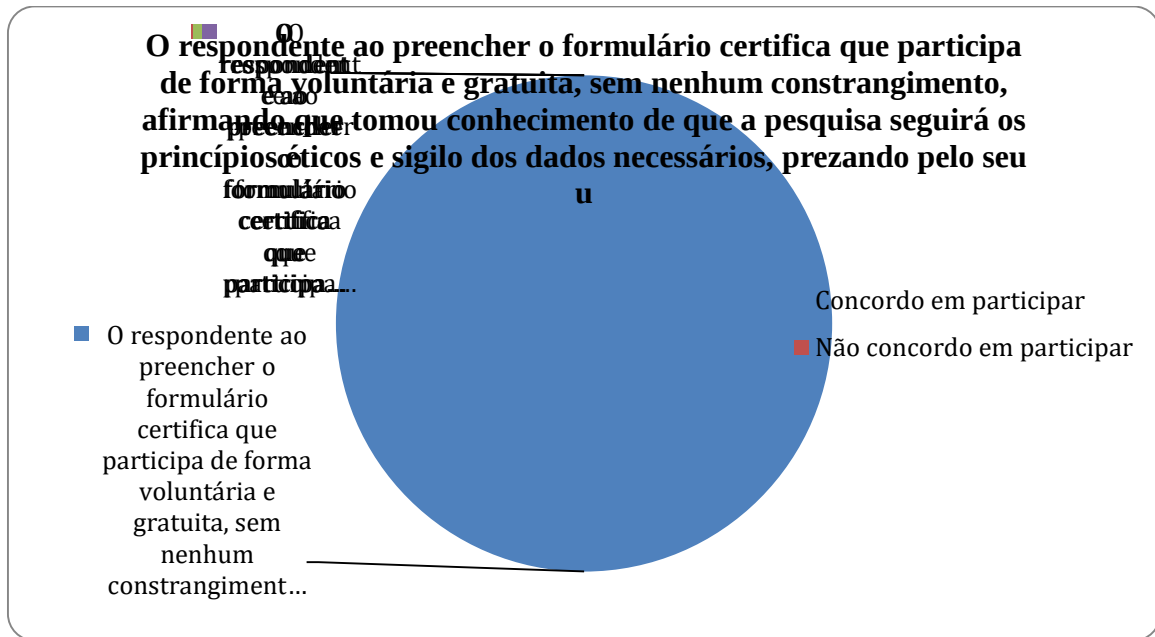
As perguntas seguintes contaram com opções de respostas de 1 a 5 (sendo 1 o mínimo e 5 o máximo). Através dessas questões, os respondentes poderão avaliar a qualidade dos treinamentos, suficiência em relação a quantidade, confiança e preparação para praticá-los no exercício da profissão.

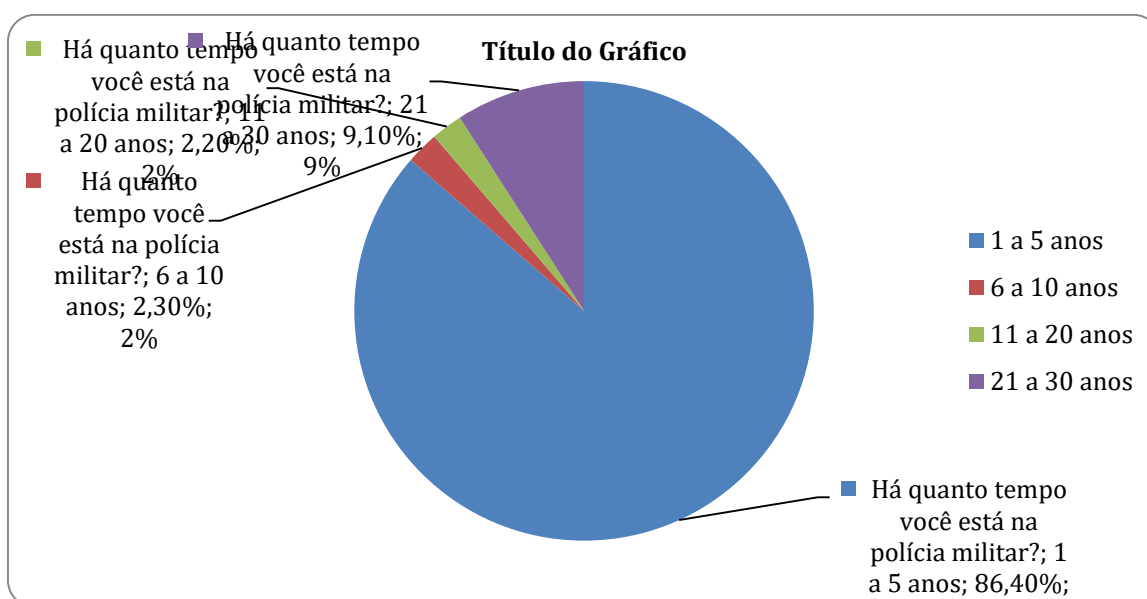
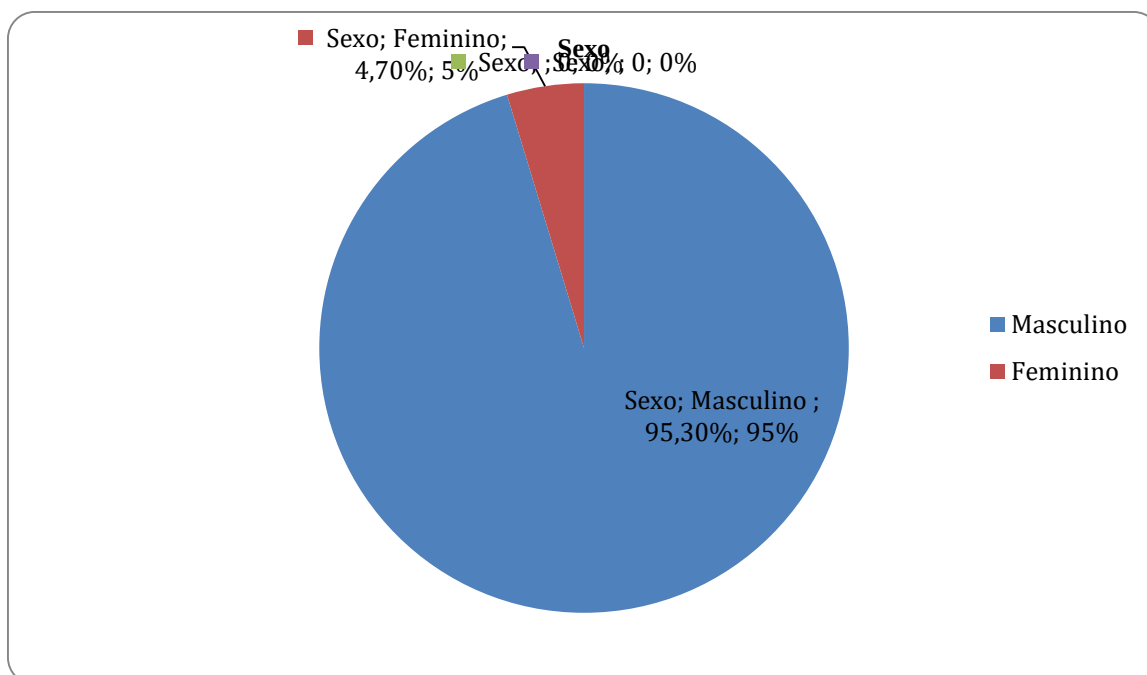
Os dados coletados passaram por uma análise e tabulação através do programa *Microsoft Excel*. Posteriormente, foram transformados em gráficos e incorporados como parte integral do estudo, com o objetivo de aproximar esta pesquisa da realidade. A ênfase recaiu especialmente nos elementos relacionados à problemática central do estudo: o uso seletivo da força e a defesa pessoal no contexto do trabalho policial militar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado sobre o Uso Seletivo da Força contou com 09 (nove) questões, sendo oito de múltipla escolha e uma dissertativa. 44 (quarenta e quatro) policiais pertencentes

à Academia de Polícia Militar de Goiás responderam ao questionário, cujas respostas se reproduzem a seguir.





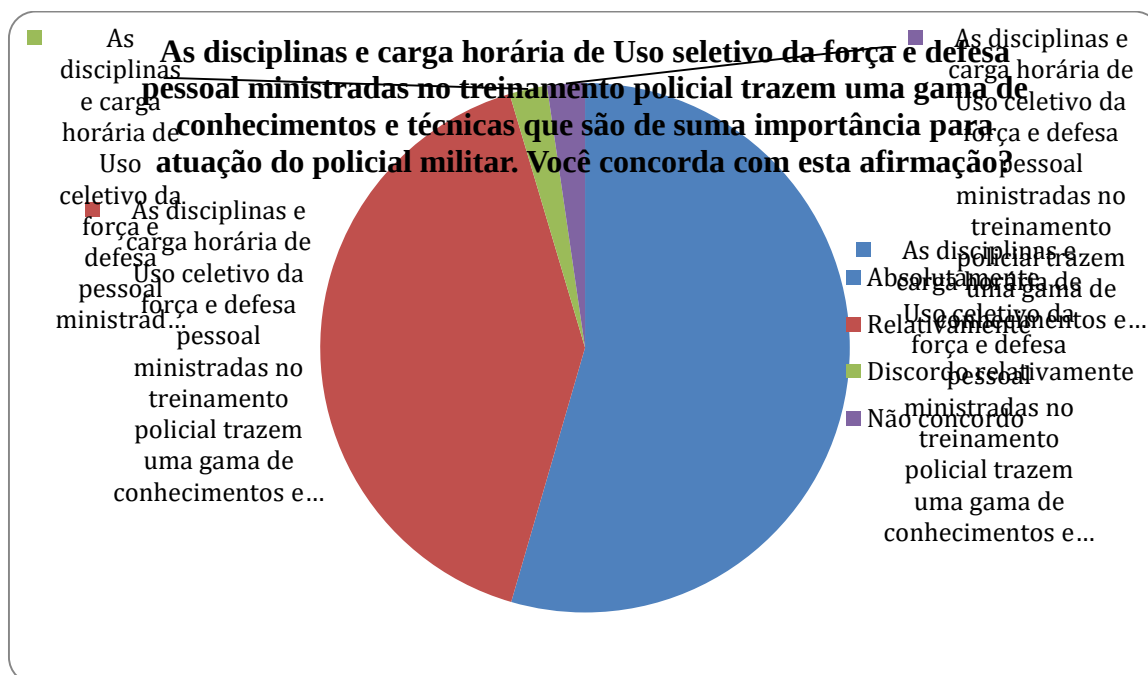
As primeiras perguntas, conforme já explicitado na metodologia, foram elaborados para o envolvimento dos entrevistados no questionário, mas também identificam o público que respondeu. A maioria está no curso de formação de policiais (CFP), é do sexo masculino e possui entre 1 a 5 anos de profissão na Polícia Militar, porém há uma parcela considerável de veteranos com mais de 5 anos, e uma pequena porcentagem de mulheres. A experiência e diversidade neste caso somente auxilia na avaliação das respostas das questões.

Quando questionados sobre a importância do policial militar ter conhecimento de técnicas de defesa pessoal para utilizar em situações que exigem o uso seletivo da força, a

resposta foi inteiramente positiva, já que mais de 80% responderam que sim, enquanto mais de 15% responderam ser relativamente importante, enquanto que ninguém responder ser pouco ou não importante, conforme explicitado a seguir:

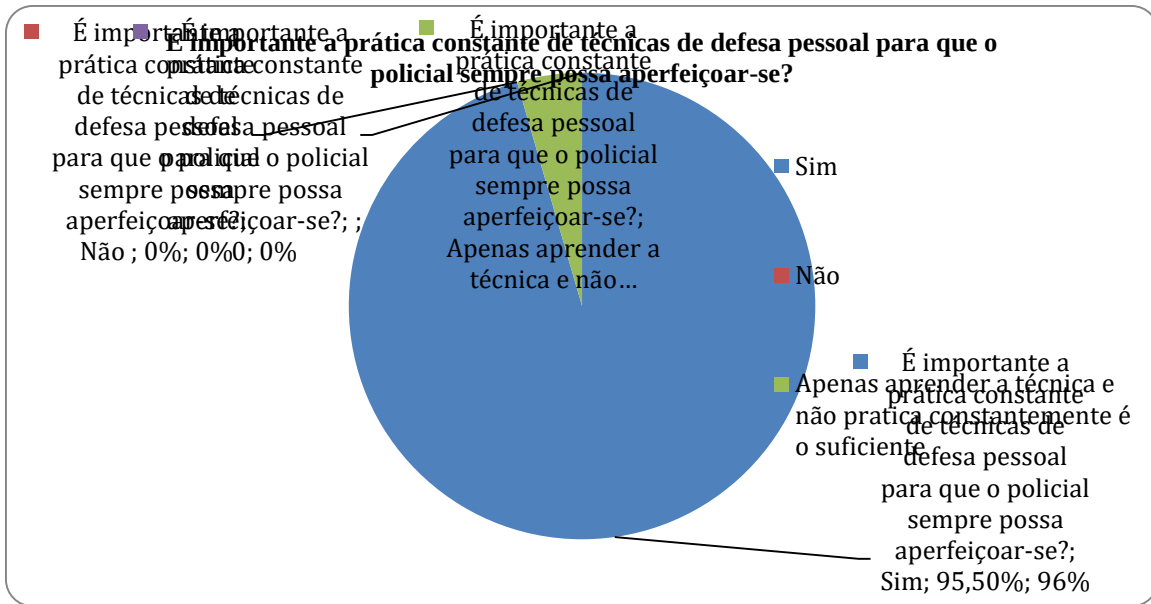


Sobre a importância das disciplinas e da carga horária do uso seletivo da força e defesa pessoal pertencentes ao treinamento policial da academia, os entrevistados responderam:

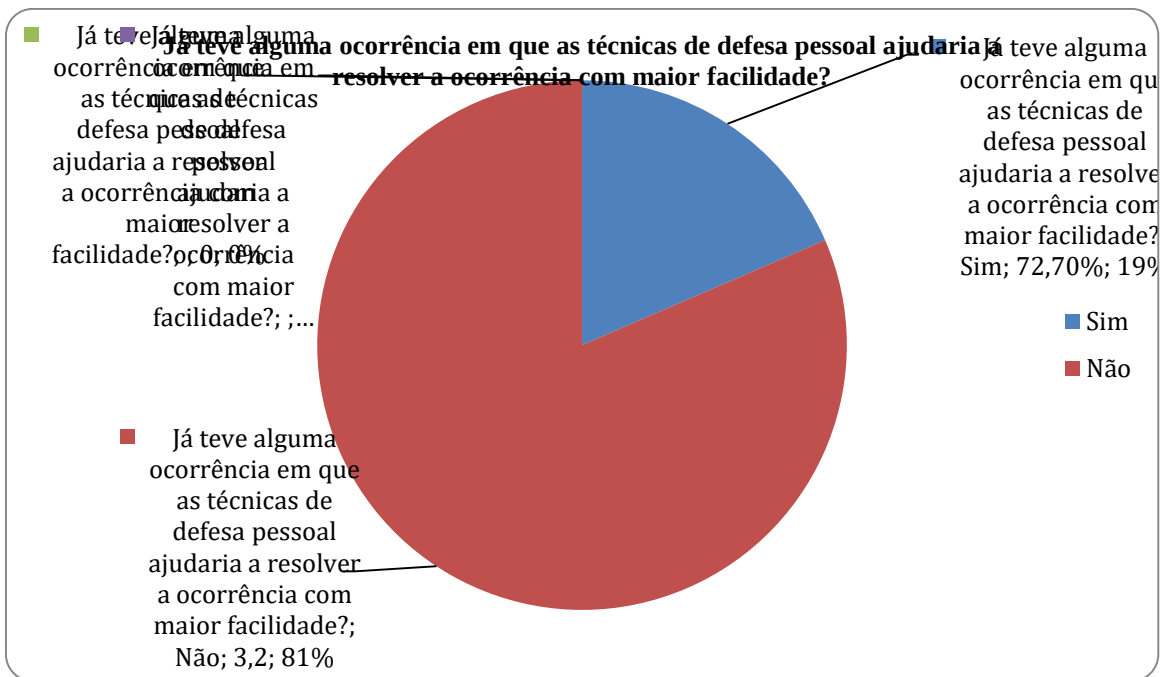


A grade maioria reconhece a importância desta disciplina, sendo necessário enfatizar que além desse aprendizado, é crucial que o policial pratique e se atualize constantemente.

Desta forma, ao serem questionados se a prática constante das técnicas de defesa pessoal para que o policial sempre possa aperfeiçoar-se é importante, a maioria respondeu que sim e uma pequena parcela respondeu que é suficiente apenas aprender a técnica sem a necessidade de praticar:



Por fim, a fim de aferir a experiência dos policiais, elaboraram-se as seguintes questões:



Caso sua resposta seja “Sim”, descreva resumidamente como as artes marciais e a defesa pessoal lhe ajudaria naquela circunstância.

Respostas:

1ª resposta: Não.

2ª resposta: O indivíduo colocou um revólver apontado no meu rosto há mais ou menos 10cm de distância. Com a técnica adequada eu poderia ter tomado o revólver e rendido os 2 assaltantes.

3ª resposta: Defesa pessoal e policial.

4ª resposta: Imobilização para algemamento.

5ª resposta: Imobilização, jeito e não força.

6ª resposta: Sim

7ª resposta: Momento em os cidadãos partem para cima da guarnição

8ª resposta: Imobilização do suspeito.

Destas questões extrai-se a importância de pelo menos conhecer as técnicas de defesa pessoal para lidar com o policiamento ostensivo, sendo que a maioria considera essencial que haja constante aperfeiçoamento para lidar com o uso seletivo da força.

A rotina policial pode ser exaustiva e perigosa. Desta forma, considerando-se que em uma ação o policial precise agir em questão de segundos, é necessário que ele detenha um amplo conhecimento de defesa pessoal a fim de utilizar a força de maneira adequada e ponderada sem colocar em risco a si mesmo, a sua equipe e cidadãos próximos.

Esta experiência pôde ser aferida através das últimas questões. 72,7% responderam que não passaram por nenhuma situação em que as técnicas de defesa pessoal ajudaria a resolver a ocorrência com maior facilidade. Porém, 27,3% dos policiais responderam que passaram por tais situações.

Na última questão, os entrevistados que relataram ter passado por alguma situação em que as técnicas de defesa pessoal ajudariam a resolver a ocorrência com maior facilidade foram convidados a descrever resumidamente como as artes marciais e defesa pessoal lhes ajudariam naquela circunstância.

Em uma das respostas, o policial relatou que um indivíduo colocou um revólver a 10 cm de distância de seu rosto, ou seja, em questão de segundos sua vida foi colocada em risco, de forma que o uso da técnica adequada pôde ser o divisor entre a vida e a morte do policial, que felizmente sobreviveu para contar o ocorrido.

A importância do conhecimento das técnicas de defesa é de nível fundamental, pois as habilidades adquiridas podem garantir a segurança do policial, da equipe e da comunidade, de forma também a preservar a integridade física de todos os envolvidos na situação do conflito.

Ao compreender as técnicas apropriadas de defesa pessoal e continuar o treinamento pertinente garantem uma melhor performance em relação às ameaças que podem sofrer, de forma que o policial que conhece as técnicas pode lidar eficientemente com ameaças sem recorrer desnecessariamente à força letal.

Ademais, a compreensão do uso seletivo da força é essencial para evitar abusos, erros e garantir uma resposta policial eficiente, proporcional e justa, o que contribui para a credibilidade da Polícia Militar, a manutenção da ordem e a construção de confiança entre a polícia e a comunidade.

Afere-se que a maioria dos policiais entrevistados compreendem o poder e a necessidade do conhecimento e do domínio de técnicas de defesa pessoal e do uso consciente da força policial, o que encontra-se em consonância com o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, além da preservação da vida.

É importante mencionar que nem sempre o policial terá que enfrentar alguma situação em que seja necessário o uso seletivo da força e o uso de técnicas de defesa pessoal, porém quando acontece, é de suma importância que o policial tenha esse conhecimento. Prova disto são os relatos na última questão, houve nove respostas, ou seja, nove policiais entre quarenta e quatro que já utilizaram as técnicas de defesa pessoal para lidar com a situação, ocasião em que utilizaram a força de forma adequada.

5 CONCLUSÃO

Diante da bibliografia apresentada e da pesquisa realizada neste artigo, conclui-se que o conhecimento e domínio das técnicas de defesa pessoal e do uso da força são essenciais para a eficácia e a segurança das operações policiais. Constatou-se que o conhecimento adequado do uso da força e domínio de técnicas de defesa pessoal podem salvar vidas, não só a dos policiais envolvidos na abordagem, mas também de todos os cidadãos.

Todo policial deve estar familiarizado com as técnicas de defesa pessoal e o uso da força, porquanto se tiver o conhecimento necessário, saberá lidar com diversas situações durante o policiamento ostensivo, de forma a proteger os direitos fundamentais dos abordados e evitar que ele e sua equipe sejam vítimas de agressões.

Além disso, através deste estudo, verificou-se que o treinamento constante das técnicas de defesa pessoal auxilia na rapidez da ação dos policiais, que ficam preparados para agir de forma eficaz e adequada em momentos de pressão, a exemplo das situações relatadas pelos policiais militares no questionário. Os relatos das experiências reais dos policiais demonstram o quão decisivo a defesa pessoal pode ser para a segurança dos policiais e da comunidade, evitando situações de riscos e garantindo uma resposta proporcional à agressão.

Outra conclusão importante que se pode tomar é sobre a importância do uso consciente da força, ou seja, sobre a compreensão do uso seletivo da força, que é essencial para evitar

abusos e erros por parte dos policiais, ensejando uma abordagem ponderada, justa e condizente com a situação, aumentando a credibilidade e confiança da Polícia Militar perante os cidadãos.

É fato que nem todos os policiais passam por situações de risco com frequência, porém quando isto acontece, é fundamental que eles possuam um conhecimento adequado e domínio das técnicas de defesa pessoal e uso seletivo da força.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Flávia de Lima; FRANÇA, Fábio Gomes de. **O TRABALHADOR POLICIAL MILITAR: REFLEXÕES SOBRE SAÚDE E ADOECIMENTO LABORAL**. *Revista Científica de Segurança Pública*, v. 1, n. 1, p. 143 - 158, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/48/34>. Acesso em: 07 jan. 2024.

BRASIL. Consultoria Jurídica da União (CONJUR). **Portaria nº 4.226**, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Diário Oficial da União, 31 dez. 2010. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/in/integra-portaria-ministerial.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: O capital humano das organizações**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Elsevier, 2009.

FILHO, José De Ribamar Nascimento Silva; MOREIRA, Mayara Verusca Do Nascimento. **Proposta de inclusão da disciplina de defesa pessoal nos três anos do curso de formação de oficiais bombeiro militar**. 2018. Monografia (Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho) - São Luiz, 2018.

GOIÁS. Polícia Militar do Estado de Goiás. **Portaria nº 13313**, de 20 de maio de 2020. Regimento de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, 3ª Edição. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/instrucao-de-servico-4.pdf>. Acesso em: 06/01/2024.

NOGUEIRA, Roberto. Elaboração e análise de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real. **Relatórios Coppead**, Rio de Janeiro, 2002.

PINC, Tânia. **Desempenho policial: treinamento importa?** Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo - SP, p. 6, fev./mar. 2009. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/39/37>. Acesso em: 06 jan. 2024.

PMGO. **Procedimento Operacional Padrão** / Polícia Militar do Estado de Goiás. 4ª edição – Versão 2 – Revisão Técnica 001 – Goiânia: PMGO, 2023.

PMPR. **Manual de Sobrevivência e Técnica Para Confronto Armado**, 2020.

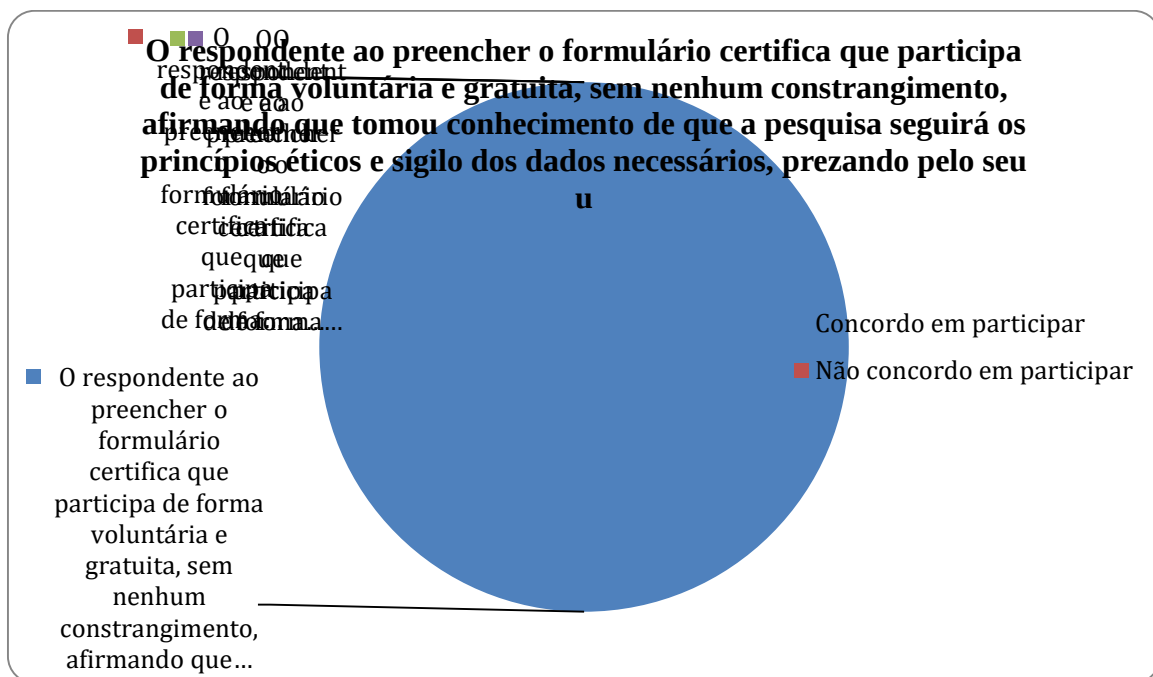
SOUZA, Baltazar Donizete de. **O ensino policial e a formação de oficiais na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás**. 2003. 247 f. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

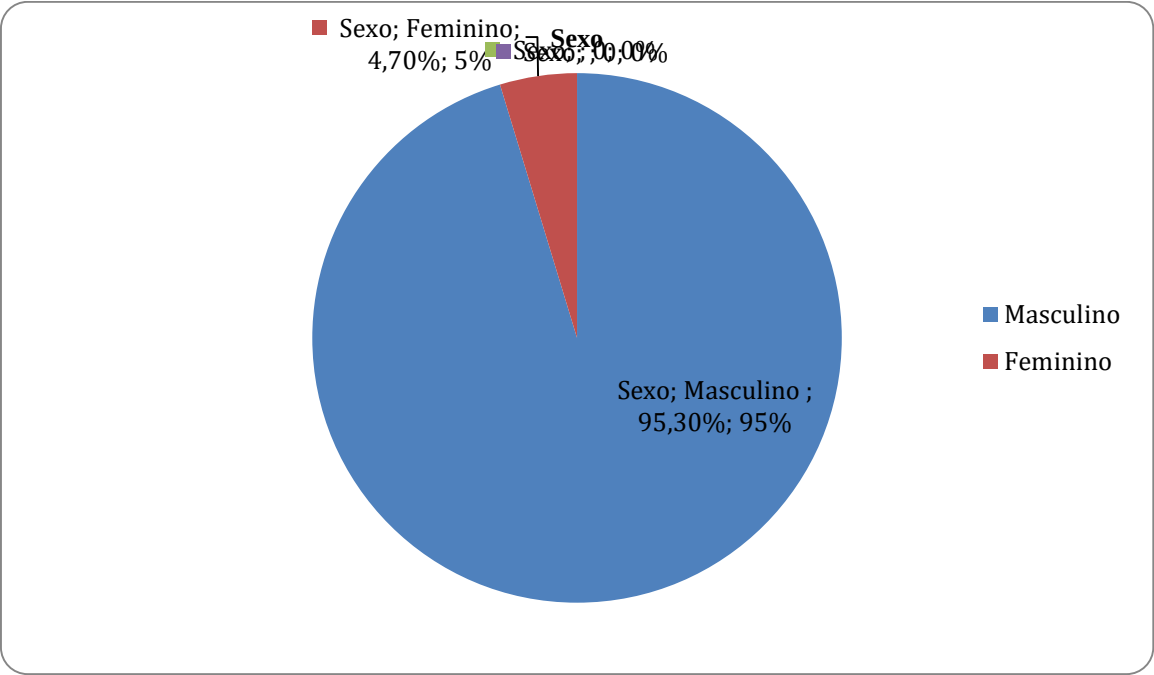
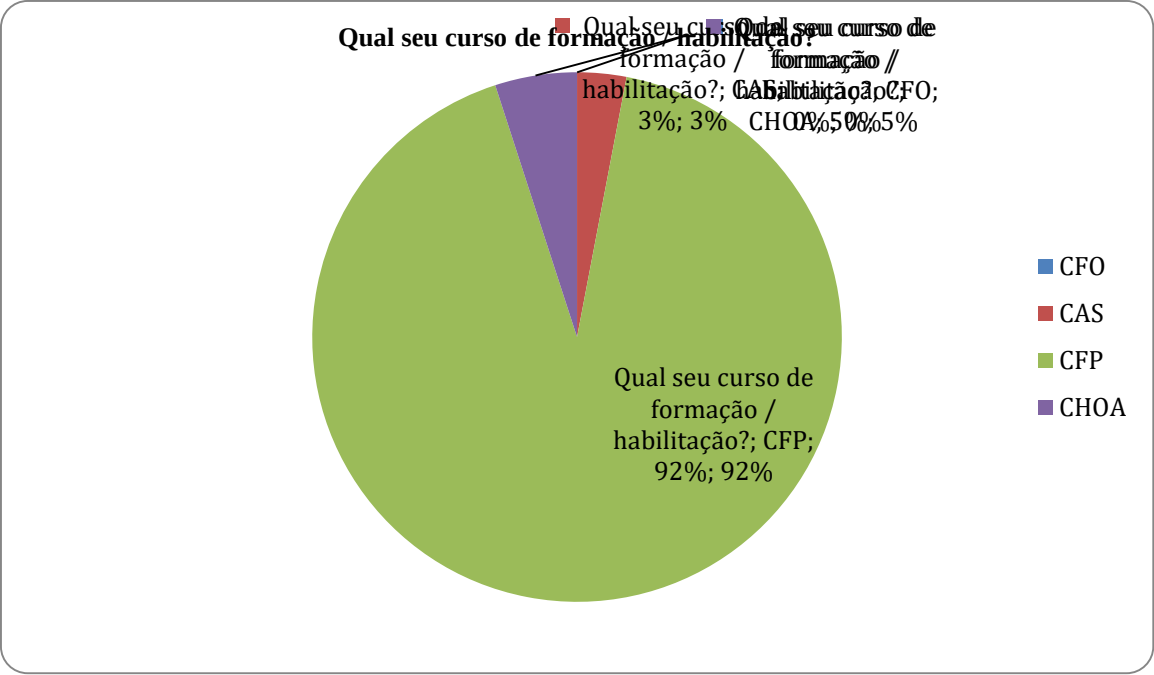
TERRONI, Marco Aurélio. **Defesa Pessoal como Método Não Letal para a Segurança Pública Repressão Qualificada da Criminalidade**. Monografia (I Prêmio Nacional de Monografia em Segurança Pública com Cidadania), 2009.

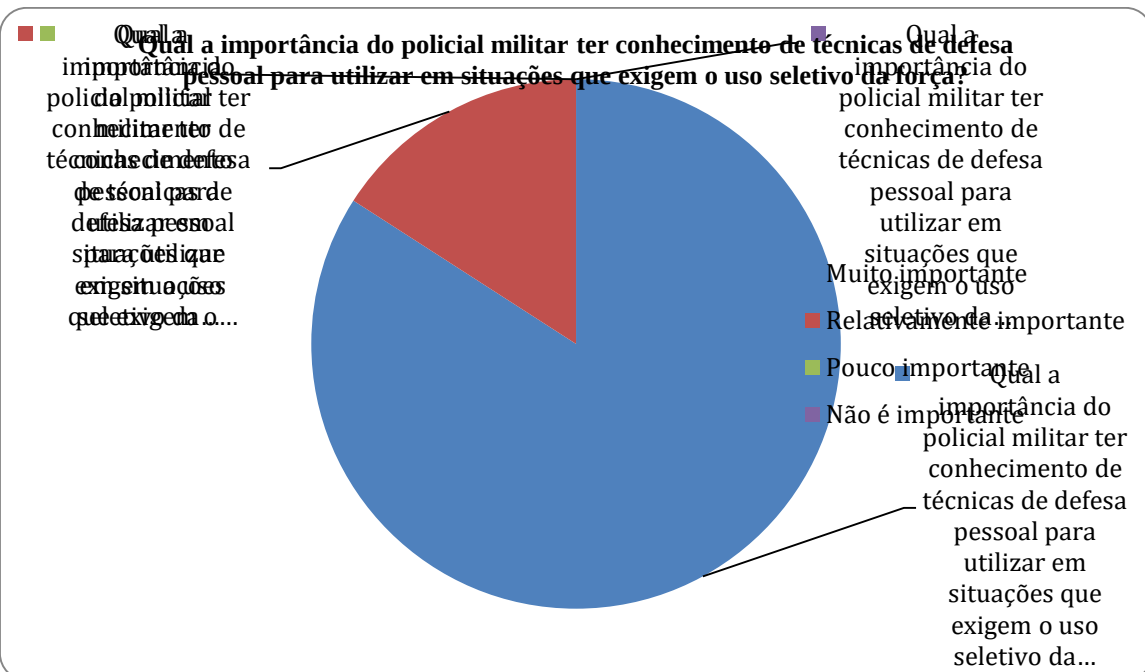
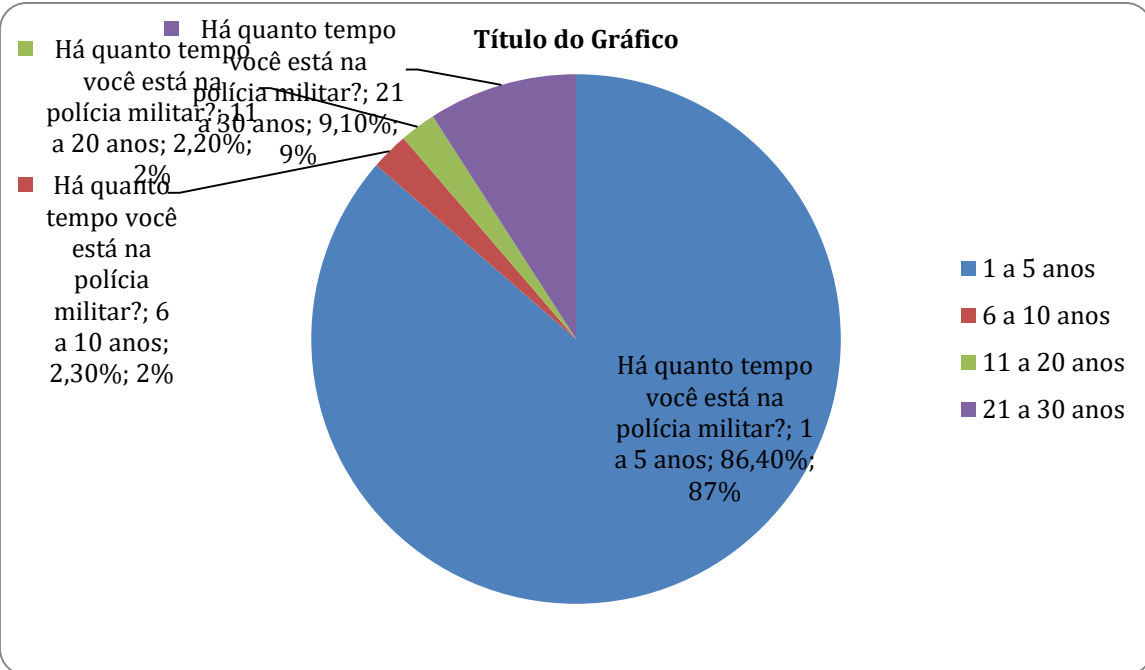
TORRES, Felipe Oppenheimer; COSTA, Diego Marzo. **Uso diferenciado da força: inovações para uma abordagem mais segura**. *Revista Brasileira Militar de Ciências*, v. 8, n. 21, 2022. Disponível em: <https://rbmc.emnuvens.com.br/rbmc/issue/view/11/14>. Acesso em: 06 jan. 2024.

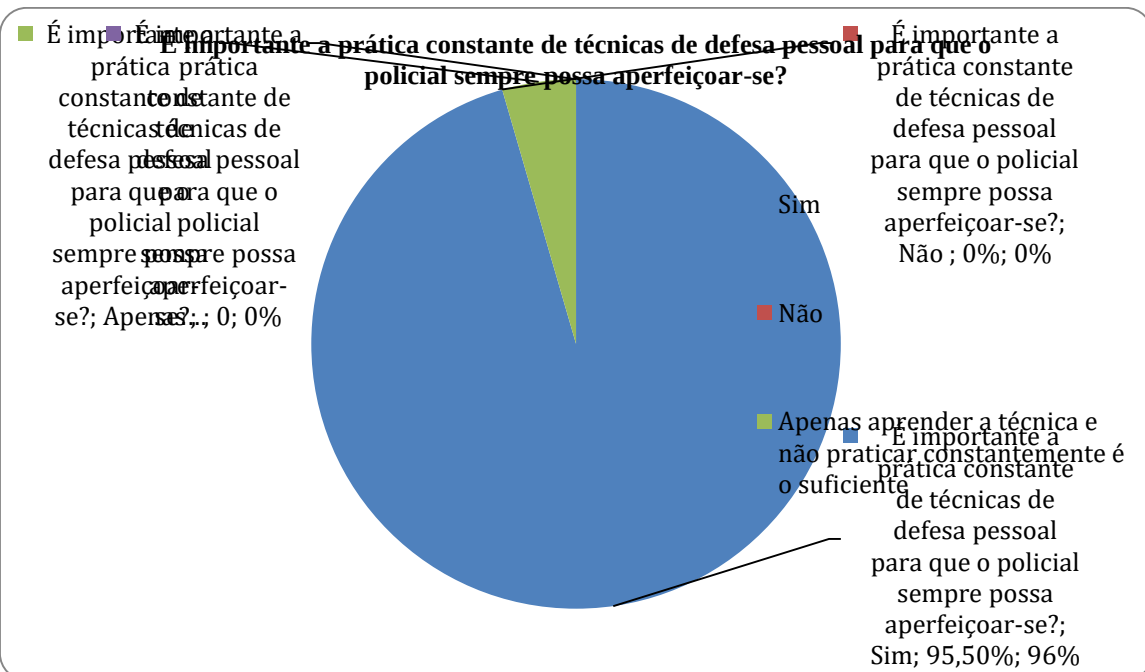
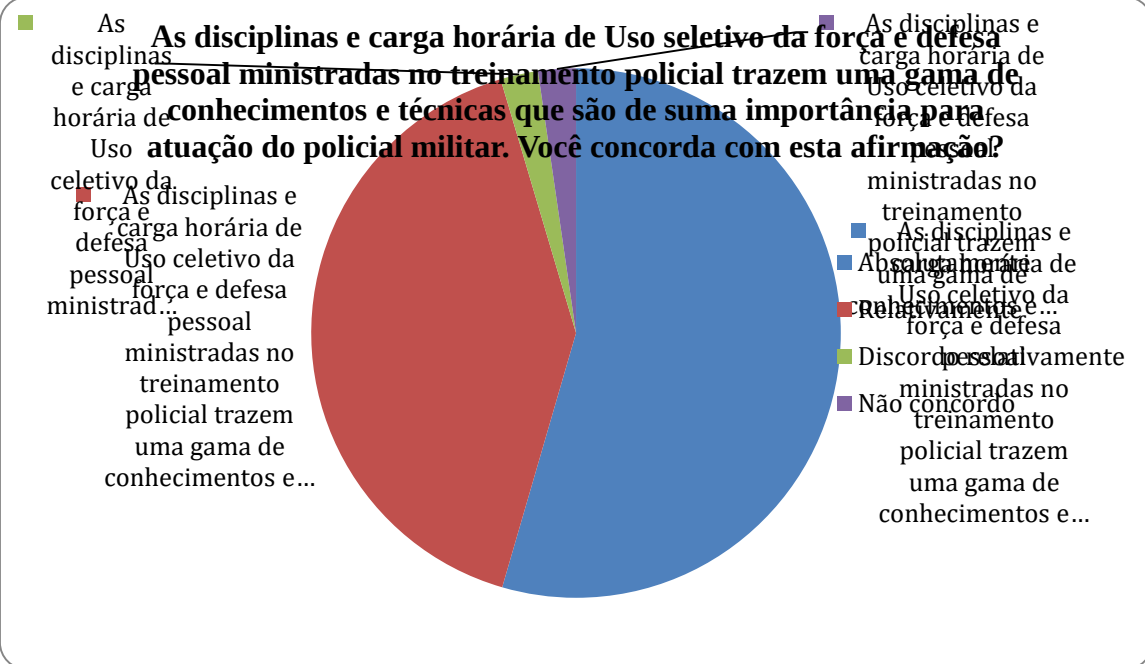
VAZ, João Eduardo Costa; LAZAROTTO, Adriano Cristiano. A importância do treinamento contínuo em defesa pessoal para a atividade policial militar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, ed. 7, p. 21304-21319, 4 jul. 2023.

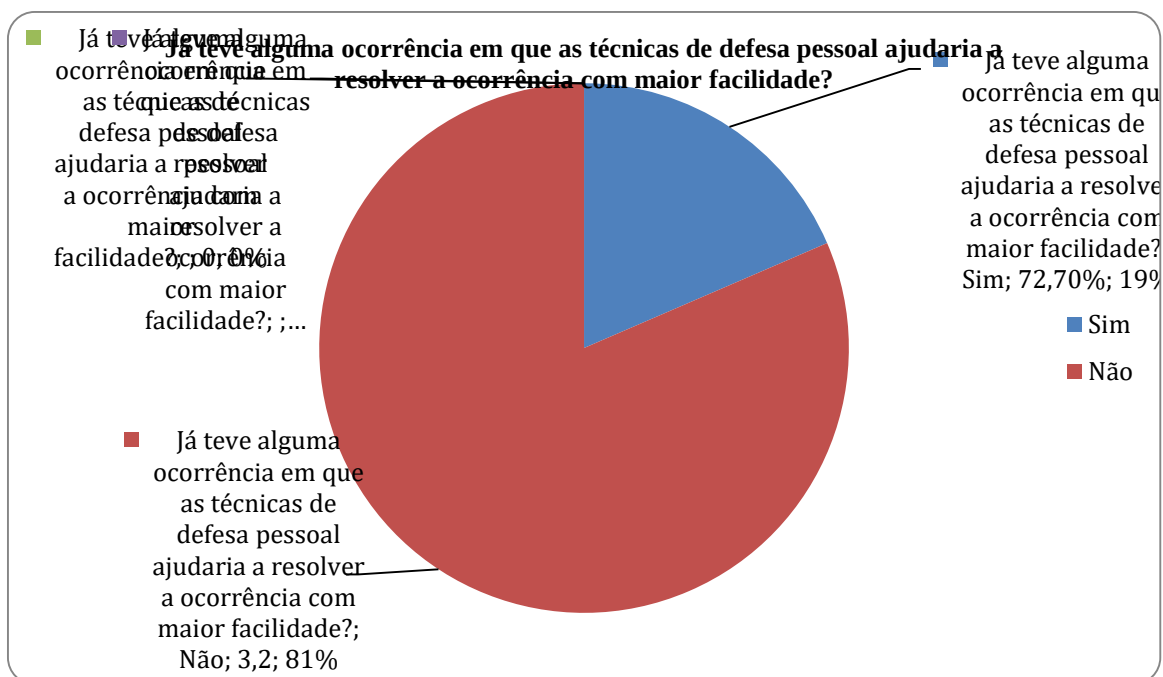
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE O USO SELETIVO DA FORÇA











Caso sua resposta seja “Sim”, descreva resumidamente como as artes marciais e a defesa pessoal lhe ajudaria naquela circunstância.

Respostas:

41ª resposta: Não.

2ª resposta: O indivíduo colocou um revólver apontado no meu rosto há mais ou menos 10cm de distância. Com a técnica adequada eu poderia ter tomado o revólver e rendido os 2 assaltantes.

3ª resposta: Defesa pessoal e policial.

4ª resposta: Imobilização para algemamento.

5ª resposta: Imobilização, jeito e não força.

6ª resposta: Sim

7ª resposta: Momento em os cidadãos partem para cima da guarnição

8ª resposta: Imobilização do suspeito.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o Aluno Soldado João Guilherme Silva Xavier, do Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Estado de Goiás (CFP 02/2023), que pode ser contatado pelo e-mail joaogui12443@gmail.com e pelo telefone (62)985042944. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com policiais militares integrantes dos cursos de formações e habilitações da CAPM, visando, por parte do referido Aluno Soldado a realização de um trabalho de conclusão do Curso de Formação de Praças. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O Aluno Soldado providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Goiânia, ____ de _____ de 2024